



ARTIGOS

Aspectos das propagandas sobre a Lei n. 13.415/2017: a construção de uma ideologia da liberdade

Aspects of advertisements of Law n. 13.415/2017: the construction of an ideology of freedom

André Randazzo

Ortega¹

orcid.org/0000-0003-1198-9742

andre.ortega@ufv.br

Joana D'Arc Germano

Hollerbach²

orcid.org/0000-0002-3931-7836

joana.germano@ufv.br

Recebido em: 09 set. 2023.

Aprovado em: 20 jun. 2024.

Publicado em: 02 jun. 2026.

Resumo: O presente texto tem por objetivo estabelecer reflexões, à luz do conceito de ideologia – tomado aqui como um dos principais elementos do materialismo histórico-dialético, elaborado por Karl Marx e Friedrich Engels – , sobre o uso da palavra “liberdade” nas propagandas que o Ministério da Educação produziu para promover a reforma do ensino médio consubstanciada na Lei n. 13.415/2017. Mediante investigação, constatou-se que, num contexto de forte tendência neoliberal, as propagandas utilizaram-se da ideia de liberdade para difundir que, com o novo arranjo curricular proposto, os estudantes teriam mais opções para sua formação durante os três anos de ensino médio. Advoga-se, entretanto, que, diante das questões sensíveis a essa etapa educacional, das fragilidades dos sistemas de ensino público por todo o país e das diversas brechas nos termos da lei, tal ideia não se sustenta, configurando-se, assim, como uma ideologia, ou seja, uma falsa consciência que molda a forma de pensar, agir e sentir, ao mesmo tempo que serve ao intuito de privilegiar os interesses das classes dominantes e dos dirigentes nacionais no debate sobre educação.

Palavras-chave: Ideologia. Reforma do ensino médio. Educação. Materialismo histórico-dialético. Liberdade.

Abstract: This text aims to establish reflections on the use of the word “Freedom” in the advertisements produced by the Ministry of Education to promote High School Reform embodied in Law n. 13.415/2017, in light of the concept of Ideology, taken here as one of the main elements of the Dialectic Historical Materialism of Karl Marx and Friedrich Engels. Through an analysis of the content of the official advertisements, it was found that, in a context of strong neoliberal tendency, the advertisements used the idea of freedom to affirm that with the proposed new curricular arrangement, students would have more options for training during the three years of high school. It is argued, however, that in view of the sensitive issues of high school, the weaknesses of public education systems throughout the country and the various loopholes under the law, such an idea cannot be sustained, thus forming an Ideology, i.e. a false consciousness that shapes the way of thinking, acting and feeling, while serving the purpose of maintaining the domination of the interests of the ruling classes and national leaders in the debate on education.

Keywords: Ideology. High school reform. Dialectical historical materialism. Education. Freedom.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença [CC-BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

1 DAS PONDERAÇÕES INICIAIS E METODOLOGIA DE PESQUISA

Após o engendramento e a execução do golpe parlamentar que interrompeu o governo da presidente Dilma Rousseff durante os primeiros meses de 2016, o cenário da educação no Brasil foi abalado com a pu-

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

² Universidade Federal de Viçosa (UFV).

blicação da Medida Provisória (MP) n. 746 (Brasil, 2016a), a qual instituiu uma reforma para o ensino médio no país. As novas determinações para a reorganização dessa etapa da educação básica seguiram à risca as principais características que, segundo Lombardi e Lima (2018, p. 52), marcam o governo subsequente ao afastamento de Dilma, uma administração de caráter antinacional, antipopular, antidemocrática e de forte tendência neoliberal.

Em fevereiro de 2017, a MP foi sancionada como Lei n. 13.415 (Brasil, 2017a). Logo depois de sua promulgação, recebeu críticas provenientes de diversas entidades representativas, professores e estudantes secundaristas, que, denunciando a precarização subjacente aos pressupostos do novo arranjo do ensino médio, ocuparam escolas por todo o território nacional³. "No ápice do movimento, aproximadamente 1.400 instituições educacionais ficaram sob gestão estudantil" (Ferreira; Silva, 2017, p. 288). Não obstante, o governo respondeu às críticas com uma intensa campanha publicitária veiculada nos maiores meios de comunicação brasileiros, a fim de exaltar as novas diretrizes para o ensino médio (Saviani, 2018, p. 40-41).

Manifestando-se como um claro subterfúgio para garantia de apoio e condições favoráveis à implementação da reforma, o discurso contido nas propagandas lança mão de diversos termos e palavras que apelam para a subjetividade e o imaginário, principalmente dos jovens desestimulados com a experiência escolar já há algum tempo, sobretudo no ensino médio (Krawczyk, 2009). Somam-se a isso os problemas históricos que perpassam essa etapa da formação básica, a qual, até os dias de hoje, carece de uma maior definição quanto aos seus objetivos. Nesse sentido, são notáveis as semelhanças entre a atual política e, por exemplo, a reforma de 1º e 2º graus estipulada pela Lei n. 5.692 (Brasil, 1971), que instituiu a profissionalização compulsória do ensino médio, como apontam Turmena e Bitencourt (2022).

Conforme os autores:

A sensação, em alguns pontos, é de retorno ao ano de 1971. Segundo Ministro da Educação (Governo Temer) Mendonça Filho, "Quem quiser precipitar a entrada no mercado de trabalho poderá fazê-lo com qualificação profissional", reforçando o ideário sobre a educação para a formação de mão de obra aligeirada e barata, no nível médio (Turmena; Bitencourt, 2022, p. 7).

Vai ao encontro da tese supramencionada o estudo de Ortega e Hollerbach (2020, p. 10) a respeito das semelhanças entre os discursos engendrados pelo Estado à época da implementação de ambas as leis:

[...] a construção discursiva engendrada para cada uma destas políticas educacionais, ao seu modo: a) atendeu às determinações e demandas do grande capital e dos setores produtivos por mão de obra barata e de qualificação mínima e, através de uma educação mais técnica, aproximar o ambiente escolar do ambiente de trabalho, dando, inclusive, considerável abertura para a ingerência do setor privado e do grande capital em questões relativas à educação; b) defendeu as respectivas reformas como soluções concretas e verdadeiras para os problemas educacionais identificados no país; c) fomentou e defendeu, através do argumento da busca pela satisfação dos jovens durante a experiência escolar, a educação profissional nos moldes exigidos pelo sistema capitalista e pelo setor produtivo com o intento de desviar a demanda de setores sociais médios e da classe trabalhadora por vagas no ensino superior e mascarar a dualidade estrutural.

Em meio a esse sensível cenário brevemente delineado, que aponta, inclusive, para um retorno ao passado, um dos termos mais recorrentes nos anúncios publicitários é "liberdade". Sendo assim, este trabalho tem por objetivo estabelecer reflexões, à luz do conceito de ideologia – tomado aqui como um dos principais elementos do materialismo histórico-dialético, elaborado por Karl Marx e Friedrich Engels – , sobre o uso de tal palavra nas propagandas que o Ministério da Educação (MEC) produziu para promover a reforma do ensino médio consubstanciada na Lei n. 13.415 (Brasil, 2017a). Defende-se o argumento de que, nessa conjuntura, o vocábulo em questão

³ Sobre isso, ver o dossiê "(Des)Ocupar é resistir?" (Oliveira Junior; Dias Junior; Monteiro, 2017).

representa uma construção ideológica.

Para a consecução do objetivo da pesquisa, versar-se-á, *a priori*, sobre a conceituação teórica do termo "ideologia" por Marx e Engels. Entende-se, desse modo, ideologia como "Um *corpus* de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão o *que se deve e como se deve pensar, agir e sentir*" (Chauí, 2016, p. 247). Adiante, demonstraremos como esse debate insere-se no campo de estudos sobre educação, em relação direta à organização social com base no sistema capitalista de produção, pautado na histórica luta de classes. Ao término dessa reflexão, descreveremos, ainda, de que forma o Estado, na sociedade contemporânea, torna-se difusor da ideologia dominante ao concentrar a produção do discurso *sobre* educação, a despeito de vivências, práticas e saberes dos atores e sujeitos da *práxis* educacional, aqueles que, com efeito, poderiam falar *de* educação.

Em seguida, faz-se necessária uma explanação minuciosa sobre os dados recolhidos na análise das propagandas produzidas pelo MEC para promover a reforma do ensino médio substanciada na Lei n. 13.415 (Brasil, 2017a), com ênfase no uso da palavra "liberdade", nosso foco de estudo. Através dos dados, demonstrar-se-á que esse termo compõe um dos eixos estruturantes do discurso contido nos anúncios investigados, constituindo-se um dos mais efusivos e revisitados.

Por fim, e vislumbrando algumas considerações parciais sobre o objeto abordado neste trabalho, buscar-se-á demonstrar como o uso do termo "liberdade" nas propagandas pode ser entendido como uma construção ideológica, cujos objetivos referem-se àqueles defendidos pelas classes dominantes, as quais se aproveitaram do histórico cenário de crise e precarização do ensino médio brasileiro para implantar sua reforma educacional. Temos, pois, uma falsa consciência que molda a forma de pensar, agir e sentir, ao mesmo tempo que serve ao intuito de privilegiar

os interesses das classes dominantes e dos dirigentes nacionais no debate sobre educação.

Não obstante a utilização em menor escala de dados quantitativos, trata-se de uma pesquisa essencialmente qualitativa, que emprega a análise de conteúdo, uma metodologia usada para descrever e interpretar toda classe de documentos e textos, baseando-se em sua origem e no contexto de produção (Moraes, 1999). Esse processo é auxiliado pelo *software* francês Iramuteq, destinado à análise textual. A pesquisa bibliográfica, cuja matriz está amparada nos principais eixos do materialismo histórico-dialético, completa o conjunto teórico-metodológico.

A obtenção dos dados que serão analisados neste artigo englobou duas etapas. Primeiramente, definiu-se um conjunto de propagandas (P) produzidas pelo MEC sobre a reforma do ensino médio para serem submetidas à análise. Obtivemos, então, uma amostra de cinco anúncios, todos disponibilizados no canal do MEC na plataforma YouTube, entre os dias 26/12/2016 e 4/1/2017, a saber:

- P1 – *Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que Estudar!* (Brasil, 2016b);
- P2 – *O Novo Ensino Médio vai deixar o aprendizado mais estimulante e compatível com a sua realidade!*⁴ (Brasil, 2016c);
- P3 – *O Novo Ensino Médio vai melhorar a educação dos jovens!* (Brasil, 2017b);
- P4 – *Com o novo ensino médio você pode decidir o seu futuro!* (Brasil, 2017c);
- P5 – *O Novo Ensino Médio vai ser mais estimulante e compatível com a sua realidade!*⁵ (Brasil, 2017d).

Na sequência, procedemos à transcrição *ipsis litteris* do conteúdo das propagandas, garantindo, assim, maior facilidade e clareza em sua manipulação e preparando os *corpora* textuais. No Iramuteq, submetemos as transcrições a duas ferramentas disponíveis: análise de similitude e

⁴ Nas P1 e P2, as ações ocorrem em um grande auditório, intercaladas com as falas do narrador oficial. Diversos jovens personagens, um a um, manifestam-se positivamente sobre a reforma do ensino médio.

⁵ Nas P3, P4 e P5, as ações ocorrem com personagens jovens ou adultos em diferentes situações rotineiras, tais como roda de estudos em uma biblioteca, conversa entre pais e filho e diálogo entre amigas.

geração de nuvem de palavras. A primeira nos mostra a ocorrência e a interconexão entre os principais termos contidos nos conteúdos examinados; e a segunda, por seu turno, revela as palavras mais representativas presentes no texto a partir de critérios estatísticos.

2 DA DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE IDEOLOGIA E SEUS INTERSTÍCIOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Para compreendermos a concepção materialista histórica e dialética do termo "ideologia", retornamos a Marx e Engels, na obra *A Ideologia Alemã*, em que os autores começam a se debruçar sobre as questões das ilusões e falsidades da consciência. Conforme sabemos, a máxima marxiana define que a existência material determina a consciência individual e coletiva, o que se reflete no histórico antagonismo de classes: de um lado, os detentores dos meios de produção como classe exploradora; de outro, a classe despossuída, explorada e pronta a negociar seu único bem, a força de trabalho.

Como demonstrou Marx em *O Capital*, os interesses de classe são irreconciliáveis, até mesmo irreformáveis, pois, para a própria sobrevivência do sistema capitalista, é imprescindível a dominação, não havendo outra saída que não a manutenção desse controle. Perpetuar a lógica de exploração é *mister* para salvaguardar o *status quo* e a posição da classe dominante. Nesse cenário, a produção das ideias ocupa lugar central:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, a sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e

determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (Marx; Engels, 2016, p. 47).

Nos caminhos da reflexão, os criadores do materialismo histórico-dialético, ao endossarem a origem do monopólio da classe dominante na construção das ideias de sua época, discutem a divisão do trabalho:

[...] originalmente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual e, em seguida, divisão do trabalho que, em consequência de disposições naturais (por exemplo a força corporal), necessidades, causalidades etc. etc., desenvolve-se por si própria ou naturalmente. A divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual. A partir desse momento a consciência *pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente da consciência práxis existente, representar algo sem realmente representar o real (Marx; Engels, 2016, p. 35).

Assim, de acordo com Marx e Engels, quando da divisão do trabalho em material e espiritual, em outras palavras, entre os que "pensam" a sociedade e os que "executam" o trabalho propriamente dito, abre-se espaço para uma consciência descolada do real, que não representa a práxis social vigente. Segundo *A Ideologia Alemã*,

A divisão do trabalho [...] se expressa também na classe dominante como divisão entre trabalho espiritual e trabalho material, de maneira que, no interior dessa classe, uma parte aparece como os pensadores dessa classe, como seus ideólogos, criadores de conceitos (Marx; Engels, 2016, p. 47-48).

Adiante, os autores chancelam quais são os objetivos das ideias produzidas pela classe dominante: "Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como interesse comum" (Marx; Engels, 2016, p. 48). A classe que assume o poder deve cuidar da produção das ideias dominantes, que deverão tomar novo corpo, novas formas. Com efeito, devem-se produzir as ideias de dominação,

tal como afirmam Marx e Engels.

Ante o exposto, e fundamentando-nos em tais premissas, definimos o conceito de ideologia como um conjunto de ideias dominantes ou, conforme Chauí (2016, p. 247), como "Um *corpus* de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão o *que* se deve e *como* se deve pensar, agir e sentir". É, pois, através da produção da ideologia que a classe dominante assegura seu poder econômico, político e social. De modo complementar, infere a autora: o *corpus* assim constituído tem a finalidade de produzir uma universalidade imaginária, porquanto, na realidade, apenas generaliza na sociedade os interesses e o ponto de vista particulares de uma classe: aquela que domina as relações sociais.

Consoante Althusser (1974), a produção e difusão da ideologia dominante garantem a própria manutenção do sistema ou, em outros termos, a reprodução das condições e relações concretas atinentes à existência material. A eficácia ideológica reside na capacidade de gerar um imaginário coletivo facilmente identificável pelos indivíduos, de maneira a persuadi-los da legitimidade da consciência estabelecida (Chauí, 2016). Essa consciência, entretanto, é falsa, na medida em que mascara a realidade, as contradições próprias do sistema capitalista e o antagonismo de classes, fonte de toda desigualdade. Como nos diz Abbagnano (2012, p. 615) em seu *Dicionário de Filosofia*, a ideologia só tem validade se "servir à defesa dos interesses que prevalecem em cada fase dessa relação".

Uma vez estabelecida a definição do conceito, nosso esforço agora é compreender a ideologia em suas imbricações no campo educacional. Para tanto, a reflexão proposta parte de Cunha (1980), isto é, para compreendermos a dinâmica das instituições escolares em lugares de organização capitalista, devemos levar em conta a divisão capitalista do trabalho, a exploração dos trabalhadores por parte das elites dominantes, a extorsão da mais-valia que garante o lucro e a reprodução do sistema, o processo de desqualificação do trabalho, a necessidade do exército industrial de reserva e das taxas permanentes

de desemprego entre a classe trabalhadora para manutenção do baixo valor dos salários, a separação crescente entre o trabalho manual e o intelectual, entre outros fatores. As afirmações de Cunha relacionam-se com a explicação dada por István Mészáros (2008, p. 35) sobre a educação e seu papel no sistema sob domínio do capital.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade [...].

A assertiva de Mészáros, por sua vez, guarda relação com os pressupostos de Louis Althusser dispostos na obra *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Partindo de Marx, Althusser infere que uma formação social – no caso, o capitalismo – deve, "ao mesmo tempo em que produz, reproduzir as condições necessárias de sua produção, o que inclui as forças produtivas e as relações de produção existentes" (Althusser, 1974, p. 10-11). Para o autor, o Estado utiliza-se de seus aparelhos ideológicos, sendo o sistema educacional um deles, para a elaboração/inculcação da ideologia dominante, ou seja, a ideologia do sistema capitalista.

Os aparelhos ideológicos do Estado têm como aspecto principal, mas não exclusivo, a elaboração e a inculcação de ideias. Seu papel mais importante é o de manter coesão e unidade social, a fim de garantir a reprodução das condições sociais de produção. Logo, a ideologia dominante "cimenta" a sociedade através dos aparelhos ideológicos. De acordo com Mirian Jorge Warde (1979, p. 89)

nas sociedades de classe sob domínio do modo de produção capitalista as instituições são penetradas pelos interesses específicos da classe dominante [...] [e] que a educação brasileira – tal como ela se dá na escola – está marcada pela função de reproduzir as relações sociais dominantes.

Não obstante, para os objetivos deste texto, nossa discussão ainda não está concluída.

Devemos salientar outro aspecto intimamente relacionado com a produção das propagandas no contexto da reforma do ensino médio. Para iniciarmos a exposição, citamos o seguinte trecho do artigo *Ideologia e Educação*, de Marilena Chauí (2016, p. 248-249):

Como sabemos, em nossa sociedade, é tacitamente obedecida uma regra que designarei como a regra da competência e cuja síntese poderia ser assim enunciada: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância.

Com base na assertiva da autora, entendemos que a regra da competência acaba por definir aqueles que "podem" falar sobre educação. Ao continuar sua argumentação, Chauí (2016) define que a burocracia estatal no Brasil, por intermédio dos ministérios e secretarias, simboliza o discurso qualificado ou "competente". Este, entretanto, é um discurso *sobre* educação, pois exclui do processo os atores e sujeitos da práxis educativa, em outros termos, aqueles que poderiam falar *de* educação. Nesse contexto, podemos inserir as propagandas sobre a reforma do ensino médio: gestadas na burocracia do Estado (Ministério da Educação), atuaram como força de oposição às manifestações dos estudantes e atores educacionais, buscando construir caminhos para moldar o pensamento e a ação no tocante à reforma e às suas proposições.

Em síntese, podemos afirmar que os anúncios, por sua própria essência, constituem uma construção ideológica, pois são discursos *sobre* educação. Nesse sentido, demonstraremos como essa construção ideológica assumiu aspectos particulares no uso da palavra "liberdade" nas

propagandas.

3 DA ANÁLISE DO USO DA PALAVRA "LIBERDADE" PELAS PROPAGANDAS SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

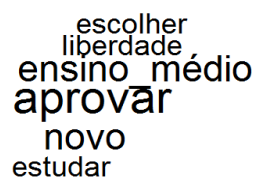
Para a sustentação da análise empreendida neste trabalho, nossa proposição pode resumir-se à constatação de que a ideia construída por trás do uso da palavra "liberdade" nas propagandas sobre a reforma do ensino médio tem por fundamento o novo arranjo curricular proposto na Lei n. 13.415 (Brasil, 2017a). Segundo o dispositivo legal, 60% da carga horária do ensino médio compor-se-á pela Base Nacional Comum Curricular, documento normativo válido para todo o país; e 40%, pelos chamados itinerários formativos.

O art. 4º da Lei n. 13.415 (Brasil, 2017a) altera o art. 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e determina:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional.

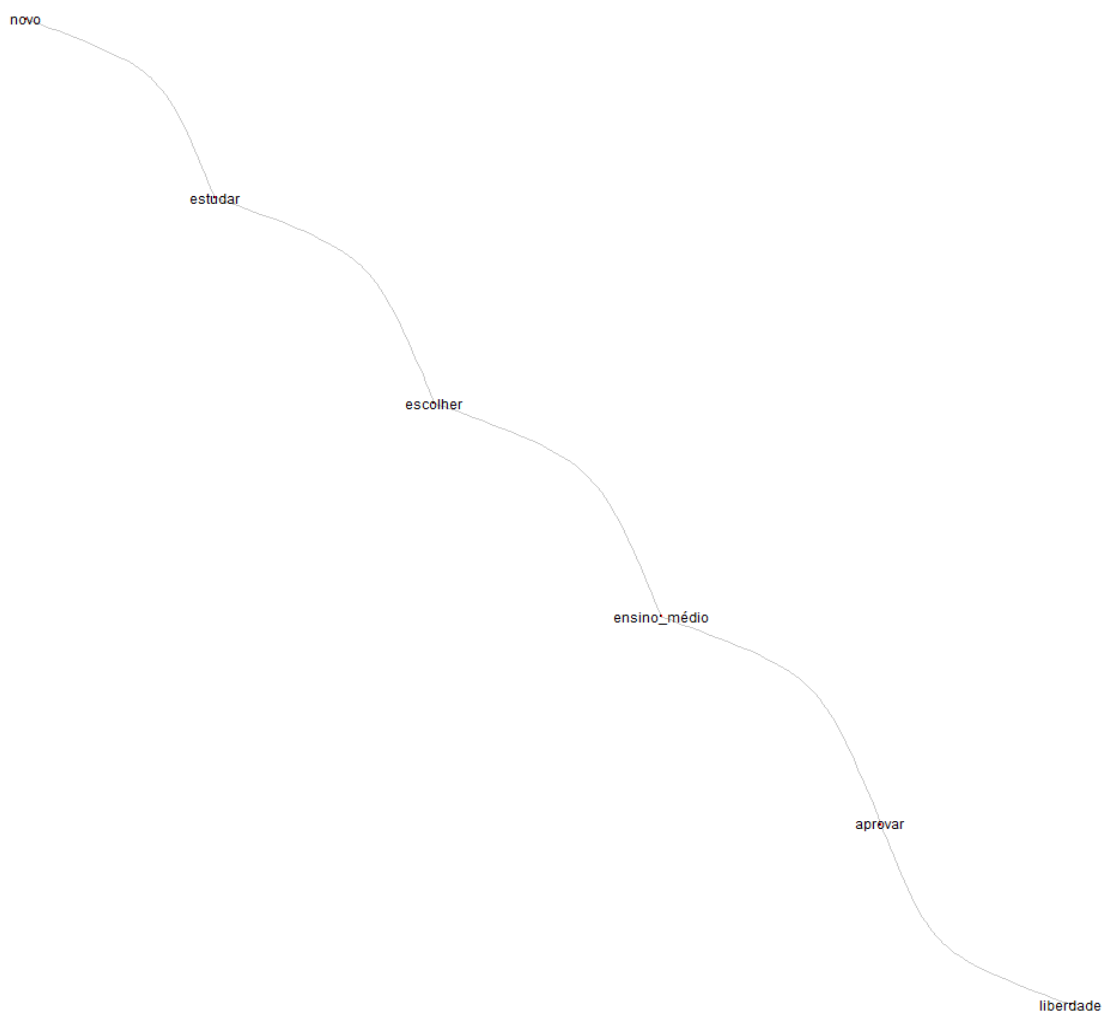
Nos anúncios publicitários examinados, os itinerários formativos são associados a uma suposta liberdade de escolha do estudante durante sua trajetória no ensino médio. Observemos como se dá essa associação, mediante interpretação dos resultados da análise de similitude e da nuvem de palavras referentes à P1:

Figura 1 – Nuvem de palavras da P1



Fonte: Acervo de dados dos autores (2022).

Figura 2 – Análise de similitude na P1



Fonte: Acervo de dados dos autores (2022).

Com base nos dados obtidos, notamos uma intrincada estrutura subjacente ao conteúdo das propagandas. Tal estrutura traz como elemento

central o mote criado pelo governo na promoção da reforma do ensino médio: “Novo Ensino Médio”. Conforme visto na nuvem de palavras (Figura 1),

sobressai também a palavra “aprovar”. O termo “liberdade” é outro proeminente, desempenhando a ligação estrutural do anúncio, como demonstra a análise de similitude (Figura 2).

Na transcrição da P1, podemos destacar a forma pela qual a palavra “liberdade” se insere no conteúdo estudado. No início da propaganda, o narrador oficial declara: “Com o Novo Ensino Médio, você tem mais *liberdade* para escolher o que estudar!” (Brasil, 2016b, grifo nosso). Após a fala das personagens, a mesma ideia não só é reforçada, mas também complementada: “Com o Novo Ensino Médio, você tem mais *liberdade* para escolher o que estudar, de acordo com a sua vocação. É a *liberdade* que você queria para decidir o seu futuro. Quem conhece o novo ensino médio, aprova!” (Brasil, 2016b, grifo nosso). Observa-se, portanto, que a suposta liberdade de escolha sobre o que estudar está intimamente associada ao imperativo de aceitação da reforma.

Já na P3, a associação da palavra “liberdade” aos itinerários formativos é direta. Em um diálogo entre as personagens (diversos adolescentes reunidos em uma biblioteca), temos a seguinte fala:

O mais importante é que vamos ter a *liberdade* de escolher entre quatro áreas do conhecimento para poder nos aprofundar nos estudos, né? Tudo de acordo com os meus sonhos e o que

eu desejo pro meu futuro! E tem uma novidade também para quem quer terminar os estudos e começar a trabalhar, que é a formação técnica e profissional, com aulas práticas e teóricas (Brasil, 2017c, grifo nosso).

Mediante análise desse trecho, observamos claramente como o MEC buscou vender a proposição dos itinerários formativos na reforma do ensino médio. Ao apoiar-se no apelo ao sonho e aos desejos do jovem, infere que a tão sonhada liberdade de ensino seria possível através dos itinerários.

Na P4, durante um diálogo, a mesma ideia é endossada, embora em outros termos:

Uma parte do currículo vai ser comum a todos, com matérias obrigatórias e conteúdos básicos, que são fundamentais na formação geral. Eles já estão sendo definidos pela Base Nacional Comum Curricular, já em debate. A outra parte será definida de acordo com o desejo de cada aluno, dentro de quatro áreas: Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza. E pra quem precisa trabalhar cedo, tem a formação técnica profissional. Ele termina o ensino médio e vai direto para o mercado de trabalho (Brasil, 2017c).

Evidenciados os casos particulares, observemos agora os dados obtidos com a nuvem de palavras e a análise de similitude em português (PT).

Figura 3 – Nuvem de palavras de PT

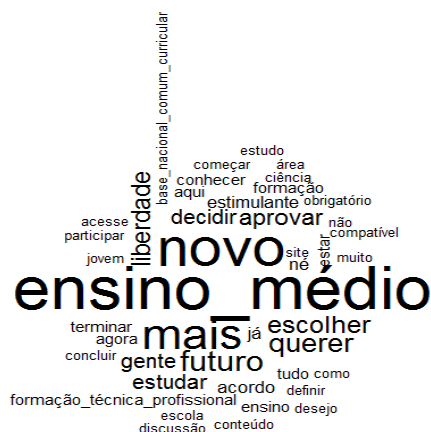
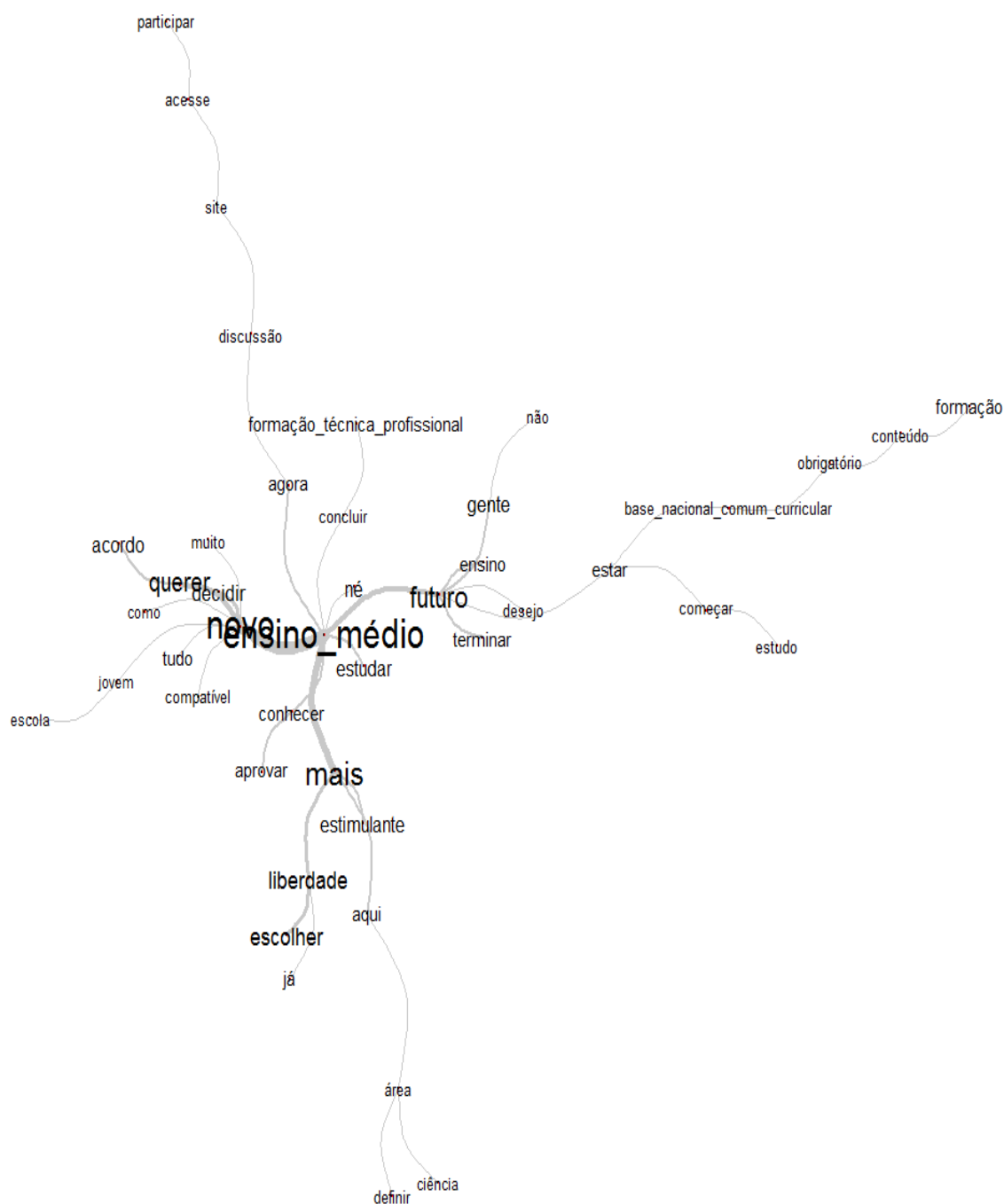


Figura 4 – Análise de similitude em PT



Fonte: Acervo de dados dos autores (2022).

Segundo dados estatísticos contidos na nuvem de palavras (Figura 3), fica comprovada a importância da palavra "liberdade" no conteúdo das propagandas. Já na análise de similitude, podemos compreender como o termo se conecta aos eixos estruturais dos anúncios. Do centro do gráfico, composto pelos termos integrantes do

motivo "Novo Ensino Médio", ramifica-se um eixo secundário, que, a partir da palavra "mais", gera outra ramificação, conectando-se a "liberdade". Esta, por sua vez, está atrelada à palavra "escolher". Ante o exposto, a sentença pode ser assim traduzida: o novo ensino médio traz consigo mais liberdade de escolha, além de ser mais

estimulante.

À luz dessas ponderações, concluímos que as propagandas sobre a reforma do ensino médio utilizaram-se da palavra "liberdade" para divulgar ao grande público a proposição dos itinerários formativos, uma das grandes mudanças trazidas pela Lei n. 13.415 (Brasil, 2017a). Para tanto, lançam mão da associação direta dessa ideia aos desejos do jovem, à possibilidade de escolhas durante a trajetória escolar e, por fim, ao sentimento de que, em razão das novas oportunidades, a reforma deve ser aprovada.

4 DA ASSOCIAÇÃO DO USO DA PALAVRA "LIBERDADE" E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDEOLOGIA

Diante do imperativo de problematização, imprescindível para alcançarmos nosso objetivo, devemos desvelar mais o texto legal da reforma do ensino médio. Observemos que o artigo 4º da Lei n. 13.415 (Brasil, 2017a) altera a redação do artigo 36 da LDBEN, afirmando que a oferta dos itinerários formativos está sujeita à "relevância para o contexto local e à possibilidade dos sistemas de ensino". Além disso, nenhum dos dispositivos da Lei n. 13.415 (Brasil, 2017a) determina quantos itinerários devem ser oferecidos por escola; é exigido apenas que haja pelo menos um em cada instituição. Podemos, então, nos questionar: qual a possibilidade concreta de escolha dos estudantes? A seguir, vamos refletir sobre tal interrogação.

Conforme Krawczyk (2009), ausência de sentido, crise, apagão e falta de qualidade são termos constantemente associados ao ensino médio. Uma reforma que se ocupe dessa etapa da formação básica é, portanto, necessária. Contudo, Saviani (2018) defende que a inconsistência e a inconstância da educação são reflexos da histórica descontinuidade na democracia brasileira. Ora, em se tratando justamente de uma mudança que, de solavanco, atinge o percurso escolar em meio a um processo claro de ruptura democrática, antipopular e antinacional, é possível esperar que a reforma, de fato, enfrente os graves problemas que assolam o ensino médio?

Ainda segundo Krawczyk (2009), apesar dos avanços nos últimos anos, o ensino médio é desigual no que se refere ao atendimento das diversas regiões e camadas sociais no Brasil, não sendo garantida a universalidade de sua oferta e uma boa qualidade educacional. É seguro afirmar a permanência dessa realidade, uma vez que, enquanto os jovens das camadas mais favorecidas gozam de um ensino relativamente bem qualificado e boa estrutura, os jovens da classe trabalhadora muitas vezes estudam em ambientes precários, dividindo as atividades escolares com o trabalho remunerado para garantir o sustento de suas famílias.

Num cenário tão desigual, a perspectiva de liberdade vai para a lata do lixo, já que muitos dos problemas estão fora da escola. O próprio texto da Lei n. 13.415 (Brasil, 2017a), no já citado art. 4º, exclui a liberdade preconizada nos anúncios, ao determinar que os itinerários formativos serão ofertados conforme a possibilidade dos sistemas de ensino. Isso equivale a dizer que os alunos desfavorecidos financeiramente e alocados em regiões mais pobres e periféricas terão minada, desde a base, sua chance de escolha, sendo poucos os recursos anunciados pelo governo para implantar efetivamente a reforma.

Em vista dessas assertivas, podemos inferir que a possibilidade de escolha real dos estudantes está limitada por inúmeros condicionantes, incluindo a disponibilidade dos sistemas de ensino e as questões socioeconômicas. Como consequência, acaba-se por criar realidades díspares entre as regiões do país. A suposta "liberdade", tão veementemente propalada, não leva em conta, em termos concretos, os cinco itinerários formativos, como nos fazem crer as propagandas, ela se reduz a um poder decisório restrito (que pode, inclusive, não ocorrer em cenários adversos) a respeito dos itinerários que o sistema de ensino julgar convenientes ao contexto local e plausíveis de acordo com a oferta de recursos. Essas constatações apontam para uma conjuntura em que o Estado parece não só eximir-se da responsabilidade de aprimorar o ensino médio efetivamente, mas também tende

a reforçar desigualdades ao equalizar e generalizar irresponsavelmente questões particulares que permeiam o já fragilizado sistema público de educação no Brasil.

Nesse contexto, vale destacar a aprovação da Emenda Constitucional n. 95 (Brasil, 2016d), que estabelece um teto para os gastos primários da União por 20 exercícios financeiros. Tal medida atinge diretamente os investimentos na área da educação por duas décadas, comprometendo o repasse de recursos para as unidades federativas e os municípios. Portanto, é coerente concluir que, nos próximos 20 anos, a oferta de recursos será inferior à observada nos dias atuais.

Se a liberdade vendida nas propagandas não se sustenta, cabe somente classificá-la como uma construção ideológica daqueles que usurparam o poder por via antidemocrática no golpe de 2016 e buscaram apresentar seus próprios interesses como interesses comuns de toda a sociedade. Sendo assim, aproveitaram-se do histórico cenário de crise e precarização do ensino médio brasileiro para implantar sua reforma educacional. Criaram, pois, uma falsa consciência, um conjunto de representações e normas para moldar as maneiras de pensar, agir e sentir, que mascaram as desigualdades próprias do sistema econômico e, conseqüentemente, as desigualdades no âmbito da educação.

5 À GUIA DE CONCLUSÃO: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDEOLOGIA DA LIBERDADE

Conforme supracitado, após o golpe de 2016, que culminou no afastamento do governo legítimo de Dilma Rousseff, o cenário educacional no Brasil foi agitado pela criação de uma reforma do ensino médio. Diante de tal problemática, este trabalho objetivou refletir, à luz do conceito de ideologia – tomado aqui como um dos principais elementos do materialismo histórico-dialético, de Karl Marx e Friedrich Engels –, sobre o uso da palavra “liberdade” nas propagandas que o MEC produziu para promover o projeto reformista consubstanciado na Lei n. 13.415 (Brasil, 2017a). Para tanto, a partir de levantamento bibliográfico,

compreendemos o conceito de ideologia conforme a teoria de Marx e Engels, bem como sua relação com o debate no campo da educação. Posteriormente, analisamos o uso do termo “liberdade” nas propagandas produzidas pelo MEC sobre a reforma do ensino médio.

Longe de fecharmos qualquer questão, e reconhecendo a necessidade de aprofundamento do debate, tão sensível quanto contemporâneo, concluímos que, dado o conjunto das reflexões engendradas neste texto, o uso da palavra “liberdade” nas propagandas sobre a reforma do ensino médio consubstanciada na Lei n. 13.415 (Brasil, 2017a) representa, *de facto*, uma construção ideológica. Tal evidência sustenta-se por um duplo aspecto: de um lado, as novas resoluções compreendem um discurso *sobre* educação, construído pela burocracia de Estado e excludente no tocante à participação dos atores educacionais, aptos a falar *de* educação – os quais, como vimos, levantaram-se contra a nova lei –; de outro, elas se configuram como uma falsa consciência, um *corpus* de representações e normas que determinam maneiras de pensar, agir e sentir a respeito da reforma, criam universalidades imaginárias alusivas à liberdade de escolha durante a trajetória escolar, constroem identificação ao tocarem em temas sensíveis para o público jovem, majoritariamente desiludido com a experiência na escola, e mascaram as desigualdades socioeconômicas inerentes às questões educacionais em um país de dimensões continentais e disparidades profundas, como o Brasil.

Com efeito, a liberdade de escolha não é para todos, como nos faz crer o discurso das propagandas. Ao contrário, estará restrita a uma minoria com facilidade de locomoção, acesso a boas escolas e, claro, disponibilidade de recursos financeiros adequados. Trata-se, pois, em última instância, da construção de uma verdadeira ideologia da liberdade, uma falsa consciência que molda a forma de pensar, agir e sentir, ao mesmo tempo que serve ao intuito de privilegiar os interesses das classes dominantes e dirigentes nacionais no debate sobre educação.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução: Joaquim José de Moura Ramos Lisboa: Presença, 1974.

BRASIL. Ministério da Educação. **Com o Novo Ensino Médio você pode decidir o seu futuro!** Brasília, DF, 2017c. 1 vídeo (1 min 51 s). Publicado pelo canal Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bIFgyTLlv4Q>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar!** Brasília, DF, 2016b. 1 vídeo (30 s). Publicado pelo canal Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kdERkLO3eTs>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Novo Ensino Médio vai deixar o aprendizado mais estimulante e compatível com a sua realidade!** Brasília, DF, 2016c. 1 vídeo (30 s). Publicado pelo canal Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7FdhbioyQ>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Novo Ensino Médio vai melhorar a educação dos jovens!** Brasília, DF, 2017b. 1 vídeo (1 min 55 s). Publicado pelo canal Ministério da Educação. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=C-M_ewoa0iY. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Novo Ensino Médio vai ser mais estimulante e compatível com a sua realidade!** Brasília, DF, 2017d. 1 vídeo (1 min 50 s). Publicado pelo canal Ministério da Educação. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Qp0_kuV-Nskk&t=4s. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016d. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de

5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm. Acesso em: 13 jan. 2026.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Ideologia e educação. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Hkd5kq8TC4k7bgfGBY7PNds/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. **Uma leitura da teoria da escola capitalista**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; SILVA, Mônica Ribeiro da. A centralidade do ensino médio no contexto da nova "ordem e progresso". **Educação & Sociedade (Impresso)**, Campinas, v. 38, p. 287-292, 2017.

KRAWCZYK, Nora. **O ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

LOMBARDI, José Claudinei; LIMA, Marcos R. Golpes de Estado e educação no Brasil: a perpetuação da farsa. In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (org.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. p. 47-62.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: <http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/attach/60815562/Analise%20de%20con-te%C3%BAdo.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2026.

OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de; DIAS JUNIOR, Antonio Carlos; MONTEIRO, Alexandrina. (Des) Ocupar é resistir? **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 1-20, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8648456/15213>. Acesso em: 13 jan. 2026.

ORTEGA, André Randazzo; HOLLERBACH, Joana D'arc Germano. Os discursos oficiais sobre as leis 5.692/71 e 13.415/17: a defesa de uma educação a serviço do capital. **Educação por Escrito**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. e31592, 2020. DOI: 10.15448/2179-8435.2020.2.31592. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/31592>. Acesso em: 13 jan. 2026.

SAVIANI, Demerval. A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil. *In*: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (org.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. p. 27-46.

TURMENA, Leandro; BITENCOURT, Junior Cesar. A reforma de 1º e 2º graus de 1971 e a reforma do ensino médio de 2017: algumas aproximações. **Educação por Escrito**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. e43895, 2022. DOI: 10.15448/2179-8435.2022.1.43895. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/43895>. Acesso em: 9 set. 2023.

WARDE, Mirian Jorge. **Educação e estrutura social**: a profissionalização em questão. 2. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

André Randazzo Ortega

Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Licenciado em História pela UFV. Licenciando em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor da rede privada de ensino.

Joana D'Arc Germano Hollerbach

Doutora em Educação pela UFSCar. Professora Adjunta II do Departamento de Educação da UFV.

Endereço para correspondência

André Randazzo Ortega

Rua Aparício de Souza, 193
Jardim Ibiti do Paço, 18086-310
Sorocaba, SP, Brasil

Joana D'Arc Germano Hollerbach

Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Educação
Campus Universitário
Centro, 36570-000
Viçosa, MG, Brasil

Como citar este artigo

Ortega, A. R., & Germano Hollerbach, J. D. Aspectos das propagandas sobre a Lei n. 13.415/2017: a construção de uma ideologia da liberdade. *Educação Por Escrito*, 17(1). <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2026.1.45149>

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.